



## GT – 21: TERRITÓRIOS CONFLITOS E ATIVISMOS SOCIAIS URBANOS

### AS BARRICADAS COMO EXPRESSÕES DE ÁREAS CONFLITUOSAS

Autor: Jhonatan Pereira de Freitas Rodrigues  
Filiação institucional: UERJ/FFP  
E-mail: jhonatannn\_rodrigues@hotmail.com

#### RESUMO:

O estudo em questão tem como propósito analisar as barricadas como formas simbólicas de conflito no espaço urbano. Embora as barricadas em si não representem o conflito, elas podem indicar ou até mesmo reduzir ações conflituosas. Ao longo da história, as barricadas evoluíram para além de simples barreiras físicas contra o "outro", passando a ser estratégias de luta que refletem controle, vigilância e relações de poder. A diversidade de formas e locais de construção das barricadas reflete diferentes dinâmicas espaciais, influenciadas pelas práticas e intenções de seus agentes. A metodologia utilizada nesta pesquisa será uma revisão bibliográfica, visando compreender as barricadas como espaços densos que podem ou não resultar em conflitos, os quais não devem ser vistos apenas de forma negativa, mas como oportunidades de transformação resultantes das contradições entre os atores envolvidos.

**Palavras-chave:** conflitos; barricadas; práticas espaciais

## INTRODUÇÃO

Quando estamos falando sobre conflito, temos que iniciar o debate levando em consideração que todo conflito acontece em um dado espaço geográfico, a partir de práticas sociais que se dão de maneira espaciais, dessa forma, as práticas espaciais vão comandar as relações de determinação entre a sociedade e o espaço (Ruy - 2007).

Assim, conceber o espaço como algo a ser atravessado, e talvez conquistado, tem implicações negativas de como vemos e nos relacionamos com esse sítio. Essa ideia de considerar o espaço como solo e mar, como a terra que se estende ao nosso redor, faz o espaço parecer uma superfície terrestre, contínuo e tido como algo dado. Portanto, esse modo de conhecer o espaço pode assim, facilmente nos levar a conhecer outros lugares, povos e culturas simplesmente como fenômeno “sobre” essa superfície que é prejudicial para a geografia.

Massey (2008) defende a ideia do espaço com uma abordagem alternativa, sendo aberto e dinâmico, como o produto de inter-relações. Pensar no espacial de um modo específico e fechado pode perpetuar a maneira em que certas questões políticas são formuladas, como vamos observar mais a frente na maneira que algumas pessoas pensam nas barricadas. Os fenômenos espaciais dessa forma, são ocorridos através de encontros e a ideia de inter-relação, portanto, é a primeira proposição de que o espaço, também é um produto das relações, dos encontros.

Dessa forma, as relações que produziram o espaço e a sociedade devem ser pensadas a partir da ideia de algo aberto dinâmico, entendendo que as diversas relações podem formar diferentes contextos, como é o caso das barricadas, não podemos pensar que toda relação que envolva espaços marcador por esse fenômeno é igual, devemos partir da idéia que existe um espectro sobre esse fenômeno, e pensarmos através das diversas abstrações e imaginários construídas sobre aquele território e aquele símbolo (barricada).

Nesse trabalho temos como objetivo compreender as barricadas enquanto práticas espaciais símbolo de conflito. Aqui compreendemos que as barricadas em si não é o conflito, mas que esse fenômeno pode sinalizar ou mitigar ações conflituosas. Percebemos que a ideia popular de que as barricadas seriam formas de impedir a entrada de policiais nas favelas, se destoa da realidade, visto que surgem outros caminhos pelos quais a relação entre a polícia e o tráfico de drogas continua a acontecer.

Aqui fica evidente que os espaços que contém as barricadas, são áreas de possíveis conflitos e os caminhos que não teriam essas estruturas seriam locais de acordos. Assim fica

claro, que essas estruturas são símbolos que demarcam um território, e todas as vezes que acordos não foram fechados, o encontro conflituoso seria nessas localidades com barricadas. Visto que, são locais que delimita, transmite informações e mensagens sobre quem detém o poder naquela área, logo, todas as vezes que temos ações sobre esses espaços, ou seja, encontros nesses lugares, temos um conflito declarado. Fato que não acontece quando temos ações em locais onde não possui as barricadas, que seriam então locais de encontro pacíficos para fechar acordos.

Devemos compreender que as barricadas também exercem uma função de fronteira, ou seja, tem como objetivo comunicar ou transmitir uma mensagem. Aqui há outra possibilidade de reflexão: pensar a barricada como uma área, como um espaço com densidade, não só como uma “linha demarcatória”. De perto, a fronteira é um espaço-área construído e experienciado se tornando um lugar de encontro, por um lado, por quem está ali com a responsabilidade de garantir a funcionalidade dessa barreira (garantir sua seletividade); por outro, por quem transita pela fronteira e não é responsável por ela. Assim demonstrando as diversas funcionalidades de pensar nessa área.

Dessa forma, podemos compreender que o conflito acontece através do encontro, logo, esses encontros produzem o espaço, ou seja, o espaço emerge do encontro. Assim, o encontro dos traficantes e dos policiais perpassados pelas barricadas geram uma esfera de possibilidades da existência da multiplicidade de espaços.

Queremos deixar claro nessa introdução que devemos pensar o espaço, principal objeto de estudo da geografia, nas múltiplas formas de ser vivenciado e experimentado. Onde ele é produzido através de práticas sociais e espaciais, e uma dessas práticas que produz o espaço são as barricadas, que neste artigo é vista como sendo um símbolo que pode sinalizar um conflito, principalmente por ser um lugar dinâmico e aberto a diversos encontros.

Enfim, “o espaço não é externo ao social, é sua espessura” (Porto- Gonçalves, 2001). O cerne dos conflitos opera diretamente no plano da experiência cotidiana de outros protagonistas sociais que, ao agir, são também produtores e organizadores do espaço geográfico. O conflito por sua vez, se articulam resultando em um rico lugar de produção do conhecimento, cujo centro é a ação de quem o protagoniza.

Sendo assim, podemos levantar a possibilidade de colocar os traficantes e os policiais como agentes protagonistas e produtores do espaço urbano favelado, que resulta em um formato e uma dinâmica distinta daquela que é formada em outros espaços. O cotidiano das favelas cariocas nos dias de hoje são produtos desses conflitos que a cada dia organizam o espaço geográfico favelado. Pois, os encontros são produzidos no momento que temos ações policiais nas favelas, e em outras ocasiões quando temos o diálogo para o pagamento de proprinas, dando dessas formas as oportunidades de encontros. Assim, o conflito é fundamental para entendermos as estruturas que constituem essas localidades.

Qualquer conflito se expressa materialmente, o que pressupõe uma geograficidade herdada. Aqui se encaixa o objetivo do nosso texto. A materialidade dos conflitos gerados nas comunidades são as barricadas, não que elas sejam o conflito, como já foi abordado outras vezes, mas é a geograficidade, o objeto que pode demonstrar ações conflituosas, mas, além disso, ele é devir, possibilidade, força instituinte de uma nova geograficidade do espaço geográfico urbano favelado do Rio de Janeiro.

Não compreendemos o conflito como algo externo às relações sociais, ou como uma anomalia social. Ele é parte constitutiva da espacialidade e da sociedade, portanto, ele é um lugar privilegiado de produção do conhecimento. Ele é parte do processo que institui e reproduz, é parte do processo que causa as rupturas e as discontinuidades históricas e geográficas.

Walter (2004), coloca o conflito como uma possibilidade de um novo, e como tudo que é novo, pode causar estranheza, desconfiança e até mesmo a negação como observamos em diversos discursos. Porém, precisamos sempre trazer à memória que o espaço e o conflito deve ser visto como dialética, um movimento constante, que possibilitará o novo através desses encontros. Aqui, podemos e devemos considerar as barricadas como essa nova dinâmica espacial que foram resgatadas pelos encontros dos policiais com os traficantes nas comunidades do Rio de Janeiro, e que constitui novas dinâmicas espaciais como o maior controle dos veículos e dos corpos dentro das favelas.

Sendo o conflito parte constitutiva da produção do espaço e da sociedade, devemos compreender que conhecer melhor esses fenômenos constitutivos dos conflitos, como as barricadas, é de fundamental importância. Principalmente para conceber que quando falamos

de conflito, não estamos discutindo somente sobre violência, mas a dominação de um espaço, que por sua vez pode ser através da violência, como através de outros meios.

Não é apenas a ação de um sobre o outro, mas sim a relação, a disputa, o enfrentamentos e os acordos que são feitos. Quando estudando as barricadas estamos falando de ações de controles de carácter violento, mas, a ideia que esse artigo trás é pensar uma outra possibilidade desse acontecimento, com o aspecto de mitigar o conflito, trazendo uma nova forma de pensarmos e compreendermos a organização do espaço. Isso não quer dizer que as outras formas não cabem mais, porém nesse trabalho a intenção é estudarmos e pensarmos outras possibilidades para que cada vez mais possamos compreender esse fenômeno.

Mas uma vez mostrando aquilo que desde o começo viemos pautando, a importância de pensarmos o espaço e seus agentes transformadores e produtores de forma dinâmica, aberta e dialética. Pois, a maneira mais comum de entendermos essa prática não é pela via da mitigação, mas sim de acentuar, exaltar, agravar os conflitos territoriais das favelas. Aqui vale salientar que o conflito possui etapas, podemos dividir em um momento onde as ações estão mais expostas, onde conseguimos observar as condutas violentas, e ações espaciais de seus agentes e em outros momentos esse conflito pode está mais oculto, sem grande ações feita por seus agentes, porém, isso não significa que aquele espaço não tem conflito, ele apenas está em um momento inexpressivo.

Nesse momento que os conflitos estão aparentemente inexpressivos, que algumas práticas espaciais, em especial as barricadas, se demonstra como esse símbolo que demarcar o poder, e que apesar do conflito não estar latente, aquele território é locus de um conflito. Por isso, reforço a importância dos estudos que geram as leituras do espaço geográfico, pois sem ele, não compreenderíamos essas nuances espaciais e territoriais.

Dessa forma, a compreensão da espacialidade dos conflitos sociais se faz de grande importância na afirmação do território como um complexo; complexo de forças, complexo de interesses, de necessidades, desejos. E esses complexos são visíveis quando analisamos o território favelado, e encontramos os complexos de forças, interesses, necessidades e desejos entre Moradores-Tráfico-Polícia que busca dominar um território, demonstrando assim a geograficidade dos conflitos sociais.

Compreendido como um produto histórico e geográfico, o conflito então não é indiferente ao tempo e ao lugar em que ocorrem, ao contrário, tais coordenadas são fundamentais para compreendê-lo e assim ressaltar a sua geograficidade.

Neste contexto, vale a pena reforçar que as ideias das práticas espaciais das barricadas não é uma ação idealizada pelo narcotráfico do Rio de Janeiro, seus primeiros registros aconteceram na França, em Paris, no ano de 1588 com os primeiros levantes populares de uma guerra religiosa, onde seus agentes colocaram barris cheios de terra e areia na rua, a fim de criar barreiras, de lá para cá, essa prática aconteceu em diversas situações e em cada momento ela tinha sua função, sendo produto da história e da geograficidade daquela dinâmica. Para melhor entendermos essa dinâmica, vamos utilizar o conceito de Territorialidade de Robert Sarrcl (1986) onde o autor afirma ser uma prática de controle sobre uma área que deve ser concebido e comunicado como um ato de estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas pelo controle de uma área e como, estratégia.

Nesse caminho o conceito de territorialidade de Sarrcl (1986) se encaixa perfeitamente quando analisamos as favelas que possuem as barricadas. No primeiro momento é nítido observamos que ela é uma prática de controle de uma área onde seu intuito é dominar e controlar aquele espaço frente os outros atores.

Compreendemos assim que a territorialidade não é um objeto, mas uma ação. Mais do que uma delimitação de fronteira, é uma ação que pode gerar encontros, conhecimentos e conflitos. Indo de encontro com a ideia que a barricada não é apenas uma prática espacial, mas um local de encontro, um tipo de marcador que nos comunica algumas informações, ou seja, uma territorialidade. Assim podemos captar que essas ações das barricadas tem algumas facetas que reafirmam a conflitividade desses espaços. A primeira de comunicação e a segunda de controle social. Comunica um poder exercido naquele território, comunicando novas ordens e ordenamento do espaço, além de controlar todos os corpos e fluxos que desejam penetrar nessas áreas.

Consequente, nos deparamos e podemos concluir que o conflito é um problema, é algo que é dado na sociedade capitalista, e a existência da contradição pode gerar, ou não, a existência dos conflitos. Nesse sentido, é nítido observarmos as diversas contradições de

habitação, de espaço, de direitos à educação e tantos outros, onde alguns são excluídos de tal e outros tem vantagens. Assim, entendemos que o conflito, a contradição são meios constitutivos da sociedade capitalista, logo, são meios constitutivos da dialética e da relação que forma o espaço geográfico. Quando temos um problema de deslocamento no espaço, pois existe um objeto colocado por um agente a fim de dominar uma área, comunicando o seu poder e controle sobre o mesmo espaço, temos um problema, o que faz desse fenômeno um sinal de uma área de conflito social, é o impacto e a mobilização que isso tem na vida de muitas pessoas. Se esse caso fosse pontual, não se caracterizaria em um conflito social, logo, precisamos entender que para ser caracterizado como um conflito social é necessário uma grande mobilidade de pessoas que também se sintam prejudicada, afetada com tal situação, o fato das barricadas ser marca dos conflitos significa que seu impacto na dinâmica do dia a dia da sociedade, nas conflitos que são formadas por elas não podem ser consideradas apenas como fato social em sua positividade, mas como parte de um conflito social, um fato-sendo-feito e, por isso, aberto às circunstâncias do lugar e do tempo em que ocorre. Se colocando dessa forma como um ponto crucial nas mudanças e transformações da sociedade e do espaço.

Essa expressão das mudanças em ato é, portanto, a expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma. Assim, o conflito social está inscrito numa dialética que se faz por meio dos próprios conflitos onde os diferentes sujeitos (Traficantes-Policiais-Moradores) implicados constroem o espaço, da sociedade e do conhecimento. A construção do espaço, e do conhecimento implica reconhecer que o lugar de onde se fala/se constrói o conhecimento faz parte do conhecimento (Mignolo, 2005; Grosfoguel, 2008; Santos, 2010), inclusive o conhecimento produzido pelos próprios protagonistas do conflito.

Por outro lado, o discurso, o simbólico, a subjetividade e a cultura, não são capazes de criar relações a partir do nada, ou atribuir significados ao vazio, mas devem sempre estar associadas às práticas sociais e de poder concretas e às condições materiais e objetivas de existência. Portanto, ao invés de pensar uma hierarquia de determinações, é mais produtivo pensar a relação entre tais elementos que, a rigor, são indissociáveis. Trata-se de articular as condições objetivas e as condições subjetivas da ação social.

### **AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DE UM CONFLITO**

Determinar a natureza sociogeográfica de um conflito implica em identificar os elementos e processos que constituem a sua geograficidade. Neste sentido, Ramos (2003) aborda alguns elementos da natureza do conflito que só pode ser revelada após uma profunda análise dos elementos que constituem este conflito, a saber o motivo, os protagonistas, os antagonistas, as formas de organização, os repertórios de ações, as manifestações do conflito em si, e o local. Dessa forma, tentaremos aqui abordar alguns elementos que constituem os conflitos que podem gerar as barricadas.

Vale ressaltar, que o conflito social nos oferece a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais. Ele é a manifestação concreta dos antagonismos e protagonistas de grupos e classes que por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a concepção de identidades coletivas, e das motivações, assim como formas de organização e manifestação. Do mesmo modo, também se evidencia a construção do espaço geográfico a partir das contradições do espaço e dos interesses compartilhados das diversas formas de estratégias de lutas.

Aqui queremos reforçar a ideia que o conflito social é parte constituinte da sociedade capitalista, logo, e por consequência um formador do espaço geográfico. Porém, não devemos cair no pensamento que toda contradição gera conflitos e que a diferenciação do espaço apenas acontece no capitalismo, esse sistema apenas intensifica as contradições. O que queremos deixar enfatizado é que os sujeitos e o espaço são produtos sociais que surgem através das disputas/conflitos e da diferença.

A definição do protagonista é analiticamente útil para identificar e diferenciar os antagonistas, ou seja, para qualificar os sujeitos sociais que estão se formando a partir da luta. Assim, o conflito não é um outro das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas. Isso significa que a construção dos sujeitos sociais é feita através dos diversos fatores que integram a natureza sociogeográfica do conflito.

Para fazer essa análise vamos utilizar como base bibliográfica o texto: *Militarização Volumétrica no Rio de Janeiro* (2018), onde o professor Márcio José Mendonça, discorre sobre o processo de militarização nas favelas do Rio de Janeiro que se dá através de implementação de dispositivos de segurança e controle, como as barricadas, nas áreas dominadas pelo

narcotráfico e posterior a intervenção do Estado com o programa de segurança pública: Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nesses espaços. O que por sua vez, é uma expressão no próprio espaço geográfico de um novo padrão de conflitividade marcado pela militarização dos conflitos sociais. Assim, a militarização dos conflitos sinalizam novos padrões de conflitividade que se conformam em retomadas de fenômenos militares como as barricadas.

Nesse sentido, uma característica presente nos espaços urbanos será a militarização da cidade e do cotidiano. Com a crescente militarização da polícia e a crescente “policialização” das forças militares, os seus agentes hoje se colocam em forças altamente inteligentes com diversas tecnologias, e os cidadãos comuns se tornam, em massa, alvos que precisam ser continuamente rastreados e controlados, conseqüentemente a paisagem, a infraestrutura dos espaços mais banais da vida cotidiana nas cidades, como as ruas, precisam ser colonizados e controlados por sistemas militarizados de rastreamento, triagem e controle, como observamos hoje em dia na realidade urbana do Rio de Janeiro.

Partimos da hipótese que a eclosão do conflito entre o tráfico de drogas e a Polícia Militar no Rio de Janeiro se dá a partir do momento que o processo de abertura política e redemocratização nos anos 90 coloca o tráfico de drogas como o inimigo interno da sociedade brasileira. Posterior a esse movimento, no ano de 2008, temos pela primeira vez o regime da instalação da UPP como meio de controlar e militarizar essas áreas dominadas por esses agentes. Aqui, queremos deixar claro que o conflito por essas áreas sempre ocorreram, porém não nas proporções que vemos hoje, sendo por volta deste mesmo ano que começamos a notar como o aparato militar começa aparecer nas comunidades.

Assim, as motivações originárias para os conflitos entre o tráfico de drogas e o Estado, representado pela UPP, foi a tentativa de controlar o território das favelas que por anos o Estado não prestou nenhum tipo de assistência. Em outras palavras, quando tivemos a instalação das UPPs, intensificou o processo de tentativa de dominação do território, logo, o tráfico se viu ameaçado em perder o comando sobre suas áreas para o Estado gerando assim um conflito. Desse modo, destacamos como protagonista do conflito o Estado do Rio de Janeiro, de forma mais específica o programa de segurança pública, Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), e como antagonista desse conflito, temos o narcotráfico, moradores aliados e policiais corruptos (milicianos).

Mendonça (2018), vai afirmar que no Rio de Janeiro a militarização da cidade vai levar a disputas pelo controle de território urbano entre o narcotráfico, grupos de milicianos e o próprio Estado, tendo este último como meio o discurso de tentar combater o tráfico de drogas e assim encontrar na cidade o palco de suas ações de repressão aos grupos armados. À vista disso, para tentar controlar esse território, o tráfico de drogas se utiliza de diversos repertório de ações a fim de continuar no poder no meio desse conflito espacial. O mesmo por sua vez exerce uma lógica espacial em redes, seja a partir de enclaves territoriais que as favelas ajudam a configurar, seja pelo aproveitamento de ruas e vielas estreitas, que dificultam o acesso dos policiais.

Neste ponto, entendemos que a maioria das ações feitas pelo tráfico de drogas podem ser caracterizadas como ações espaciais, que são frutos de ações sociais que irão se materializar no espaço. Logo, quando os traficantes escolhem ruas estreitas ou aquelas que são conectadas, ele está se utilizando de um conhecimento geográfico, que teve a partir de suas experiências sociais para se manter ganhando na disputa. Ou seja, todas as ações espaciais são permeadas e dotadas de um saber social. Como repertório dessas ações, também podemos considerar as barricadas que fecham as ruas, dificultam e retardam a entrada dos policiais; o controle das ruas através de torres utilizadas pela UPP; a construção de muros pelos policiais em becos com a intenção de fechar totalmente a passagem pelas vielas, assim fazendo um cercamento e mudando a dinâmica daquela comunidade com o intuito de prender e dificultar a fuga dos traficantes, são algumas dos repertórios de ações desses agentes. Trata-se então de uma série de condutas que têm como principal estratégia o controle territorial que podemos chamar de um bloqueio defensivo do narcotráfico, servindo como instrumento para inviabilizar ou retardar a entrada do “inimigo” e assegurar um melhor monitoramento do território.

Isso posto, o conflito abordado apresenta profundas dimensões espaciais como o controle de ruas, logo, podemos dizer que a dimensão espacial marca profundamente esses entraves, assim, a espacialidade e territorialidade movem, comandam, orientam o conflito, principalmente quando a sua gênese tem como marco o processo de segregação sócio-espacial e o debate de segurança pública.

Assim, concluímos que essa prática de militarização feita por seus agentes protagonistas e anatanistas, marcam as suas profundas ações e condutas de caráter espacial, tendo servido

como atenuador dos conflitos que acaba por gerar um ambiente altamente militarizado que começa a compor o espaço urbano, favelado e o Estado tem sido esse agente que cria esses arranjos espaciais em permanente conflito manifestado em políticas públicas de segurança que enfatiza o discurso de guerra, o que tem gerado e retomado as práticas espaciais das barricadas.

### **O ESTADO COMO AGENTE PRODUTOR**

Até aqui podemos dizer que a formação social é o processo de instituição/inscrição de uma dada sociedade na terra, conformando seu território e a sua territorialidade, no qual, por esse caminho, a própria formação dos Estados ganha significação na medida que a formação dos estados é, no sistema-mundo moderno-colonial, ao mesmo tempo a formação dos seus territórios. Observemos, como nos lembra Henri Lefebvre, que a categoria Estado é uma categoria que traz dentro de si o espaço (enquanto território). Todavia, é preciso considerar que um mesmo Estado contém, sempre, territorialidades distintas e conflituosas. O Estado (e seu território) é assim, uma identidade de contrários na medida que sempre abriga múltiplas territorialidades.

Assim, reforçamos então a ideia que quando se cria um Estado-Nação, junto dele, ao mesmo tempo, temos a formação de um território, ou seja, para criar o Estado necessariamente precisamos de um espaço dotado de relação de poder que se estabelece através das fronteiras colocadas para delimitar a sua soberania. Assim sendo, partimos da hipótese que o Estado seria formado a partir das relações de poder, que atravessa a sociedade a quais determinado grupos (Classes, setores e frações), impõem seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais.

Dessa forma, quando pegamos para analisar o Estado carioca, podemos observar que a base para a sua formação está ligada a relações de poder opressivas, principalmente devido às constantes disputas que ocorreram no início da sua formação entre os indígenas e depois contra ataques de nações europeias que tentavam dominar essa área. Nesse contexto de conflitos na formação do Estado carioca, damos um salto para tentarmos compreender os dias atuais, quando temos criação da Polícia militar no período colonial, com a intenção de proteger os monarcas dos negros escravios, aqui precisamos entender que a PM não é o Estado em si, mas parte daquilo que constitui o Estado, e segundo os seus interesses de surgimentos, podemos constatar que a PM do Rio de Janeiro nasce com sua vertente racista. Porém, o que marca a criação dessa

instituição do Estado é o fato dela ser uma tentativa de manter a soberania do seu poder constitutivo da época, perante os novos e possíveis agentes que se colocam no cenário.

Dando mais um salto histórico-geográfico, podemos fazer uma análise e perceber que nos dias atuais as ações policiais são sempre voltadas para os espaços onde a maioria dos habitantes são negros e que por anos foi abandonada pelo Estado, porém, em determinado período do tempo e do espaço foi sendo dominado por outros agentes que colocaria outras ordens e ganharia soberania nesses lugares.

Hoje, as inúmeras violências praticadas pela polícia vem demonstrando o quanto esse Estado vem perdendo sua força e sua soberania para os diversos agentes que se colocam no cenário atual. Neste ponto, destacamos que entendemos soberania (OSÓRIO, 2004) como capacidade estatal de decidir com autonomia, sem condicionamento estabelecidos por outros Estados ou entidades.

Com base nesse panorama, ao observarmos os conflitos urbanos entre o narcotráfico e a polícia militar do RJ, podemos entender que as manifestações e as forças desses agentes (Narcotráfico) vêm tirando a soberania das relações e dos interesses do Estado, principalmente em relação à perda de suas áreas de controle, nos quais aqueles territórios que o Estado, com a PM, vem exercendo um policiamento violento, é uma estratégia para manter o seu poder. O fato é que hoje se questiona a centralidade do Estado em relação ao poder político, frente à emergência de novos centros de decisões. Nesse quadro o Estado é apresentado como uma entidade frágil, frente a novos processos e atores que limitam a sua soberania. Porém, não podemos ignorar que ainda sim, é um grande agente produtor, visto que, muitos desses agentes que se colocam na atual disputa querem exercer a força, o “papel” e a influência desse ator. Um exemplo dessa perda de soberania e fragilidade acontece quando observamos que entre os bairros cariocas existem alguns agentes como os bicheiros, as igrejas e o próprio narcotráfico que dominam as áreas favelas exercendo sua soberania e poder até mesmo com regras e normas de seu próprio interesse.

Dessa forma, as regiões são produzidas diferencialmente em Centros e Periferias. Estamos, portanto, diante de uma questão relacional, não apenas uma posição geográfica. Pois, como afirma Biteti (2019), existem centralidades nas periferias como periferias nas centralidades, o que implica dizer que os conflitos, a miséria e pobreza não está concentrada apenas na periferia, mas o faz também no centro. A questão central é que a formação do espaço

tem como um dos seus agentes o Estado, no qual os espaços são formados a partir da heterogeneidade e dos diversos tipos de desigualdades. O que desejamos também é questionar essa centralidade dos Estados frente as novas relações de poder e novos centros, sempre pondo em questão essa centralidade. Demonstrando como esse Estado que concebemos e pensamos hoje em dia, se encontra frágil perante aos processos de globalização e novos agentes.

Isto posto, o Estado é plural devido a pluralidade de forças que o produz, da mesma forma que o Espaço é aberto e produzido através do encontro e esse encontro vai produzir a sociedade. Dessa forma, endossamos que não podemos pensar Estado, sem está embutido nele o espaço, ou seja, se durante o texto abordamos que o espaço era aberto e formado por múltiplos agentes, do mesmo modo o Estado também passaria por essa dinâmica. Isso significa que, a produção da sociedade e do espaço acontece simultaneamente, logo, não podemos separar as duas realidades para compreendê-lá, assim também, o Estado é formado por sua pluralidade de encontros que se manifesta nas diversas relações de poder que atravessam a sociedade e o espaço geográfico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Concluimos, desta forma, que as barricadas são práticas espaciais símbolo de conflito. Neste contexto, entendemos que as barricadas em si não constituem o conflito, mas sim que esse fenômeno pode indicar ou reduzir ações conflituosas. Assim, fica claro que os espaços que contém as barricadas, são áreas de possíveis conflitos e os caminhos que não teriam essas estruturas seriam locais de acordos.

Logo, essas estruturas são símbolos que demarcam um território, e todas as vezes que acordos não são fechados, o encontro conflituoso seria nessas localidades com barricadas. Visto que, são locais que delimita, transmite informações e mensagens sobre quem detém o poder naquela área, consequentemente, todas as vezes que temos ações sobre esses espaços, ou seja, encontros nesses lugares, temos um conflito declarado. Fato que não acontece quando temos ações em locais onde não possui as barricadas, que seriam então locais de encontro pacíficos para fechar acordos.

Qualquer conflito se expressa materialmente, o que pressupõe uma geograficidade herdada. À vista disso, a materialidade dos conflitos gerados nas comunidades são as barricadas, a geograficidade dos conflitos favelados, o objeto que pode demonstrar ações conflituosas, mas,

além disso, ele é devir, possibilidade, força instituinte de uma nova geograficidade do espaço geográfico urbano favelado do Rio de Janeiro. Isso não quer dizer que as outras formas não cabem mais, porém a intenção é estudarmos e pensarmos outras possibilidades para que cada vez mais possamos compreender esse fenômeno.

O fato é que hoje se questiona a centralidade do Estado em relação ao poder político, frente à emergência de novos centros de decisões. Dessa forma, endossamos que não podemos pensar Estado, sem está embutido nele o espaço, ou seja, se abordamos que o espaço era aberto e formado por múltiplos agentes, do mesmo modo o Estado também passaria por essa dinâmica. Isso significa que, a produção da sociedade e do espaço acontece simultaneamente, logo, não podemos separar as duas realidades para compreendê-lá.

Assim, pensar a barricada como um área, como um espaço com densidade, que pode ocorrer ou não um conflito, abre uma gama de possibilidades de análises espaciais e reforça a ideia que o conflito traz de possibilidades de um novo que é manifestado no encontro das contradições de seus agentes.

## REFERÊNCIAS

---

BITETI, Mariane e MORAES, Marcelo José Derzi. Vidas e Saberes periféricos como Potências Transgressoras. Tlalli. Revista de Investigación en Geografía / Universidad Nacional Autónoma de México, año 1, núm. 2 / julio-diciembre de 2019 / pp. 79-96 /issn: 2683-2275.

MASSEY, Doreen B. “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade”/ Doreen Massey, tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p

MENDONÇA, Márcio José. Militarização volumétrica no Rio de Janeiro: Entre o tráfico de drogas e o policiamento. GEOgraphia, Vol. 20, n. 44, 2018. Niterói, Universidade Federal Fluminense

MOREIRA, Ruy. “As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades”. In:

\_\_\_\_\_. Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007, p. 81-103.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização - a sociedade civil o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019. [“O Estado no centro da mundialização” e “O Estado no capitalismo dependente” / p. 179-238]

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: Seoane, Jose. Movimentos sociales y conflicto em América latina. Bueno Aires: CLACSO, 2004.

RAMOS, Tatiana Tramontani. A ênfase na espacialidade da ação e no conflito como proposta de descentralização teórico-política. Anais do XIII ENANPEGE, São Paulo. 2019. p. 1-13.

Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003

SACK, Robert. Human territoriality: a theory. Annals of AAG, v. 73, n. 1, 1983, pp. 55-74.

STEPHEN, Graham. Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar/ Tradução Alyne Azuma. -1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

